

Policiais e agentes socioeducativos participam de curso de Atendimento Pré-Hospitalar de Combate

Sex 27 agosto

De forma inédita, 65 policiais penais e dez agentes socioeducativos concluíram, nesta semana, o curso de Operadores de Atendimento Pré-Hospitalar de Combate (APH), no nível básico. A atividade é um dos principais objetivos da gestão da [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp\)](#), que trouxe à capital um dos maiores nomes da área para o treinamento: o médico e investigador da Polícia Civil do Paraná, Sérgio Maniglia, responsável pelo desenvolvimento das técnicas.

O protocolo de preservação de vidas dos operadores de segurança pública atingidos em situação de conflitos, desenvolvido por Maniglia, é baseado nos principais procedimentos utilizados no mundo, especialmente nos Estados Unidos. “Este curso tem conhecimentos básicos muito importantes para todos os policiais e agentes socioeducativos, que trabalham em ambientes perigosos. Caso sejam feridos em combate, a utilização dos protocolos de atendimento pré-hospitalar aumenta bastante a possibilidade de saírem com vida”, reforça Sérgio Maniglia.

O nível básico, intitulado MARC1, é destinado a todos os agentes das forças de segurança pública, com carga horária de 16 horas/aula. A sigla tem a seguinte tradução: M, de hemorragia massiva; A, de ar, manter as vias aéreas funcionando; R, de respiração, prevenir o pneumotórax hipertensivo; e C, de calor, prevenir e tratar a hipotermia.

Além do curso de operador, cinco policiais penais e um agente socioeducativo estão sendo habilitados para se tornarem multiplicadores destes conhecimentos. Destaque, entre as disciplinas abordadas, para Anatomia, Vias Aéreas, Hemorragias e Balística. Foram 100 horas/aulas entre 21 e 27/8 para multiplicadores. Eles levarão os ensinamentos a todo o estado, ampliando o número de profissionais que terão conhecimento das técnicas ensinadas.

Ambos os cursos têm a supervisão do Comitê Brasileiro de APH de Combate.

Para o policial civil e assessor de gabinete da Sejusp, Marco Matos, a formação oferecida aos policiais penais e agentes socioeducativos representa um marco na Segurança Pública de Minas Gerais. “Irradiar esses conhecimentos, extremamente simples e eficazes, significa salvar vidas. Eles têm que ser realmente simples, pois são utilizados em situações de grande estresse e risco”, afirma.

Expansão

Equipamentos baratos, principalmente quando se trata de manter vidas, como torniquetes, selo de tórax, cânula nasofaríngea e manta aluminizada, dentre outros, serão adquiridos pela Sejusp para a

multiplicação dos protocolos de APH por todas as Regiões Integradas de Segurança Pública, explica o assessor de gabinete da Sejusp, Marco Matos, que é pós-graduado em APH de Combate pela Escola Superior de Polícia Civil do Paraná.

O policial penal, Gabriel Peixoto, aluno do curso de operador, garante já ter presenciado situações de brigas entre presos que resultaram em ferimentos graves. “Hoje, já me sinto habilitado em utilizar técnicas do protocolo de APH”, avalia. Trata-se de obrigação do Estado preservar a integridade física dos detentos, portanto, os protocolos ministrados no curso também poderão ser usados em ocorrências como a descrita pelo policial penal.

No grupo de cinco policiais penais no curso de multiplicadores está Hugo Costa, lotado atualmente na Superintendência Educacional de Segurança Pública da Sejusp. Ele aprimora os conhecimentos adquiridos em 2019, quando fez em Brasília o curso Stop The Bleed (Pare o Sangramento) com um suboficial da Marinha do Brasil.

“O APH é uma das principais matérias na formação e capacitação dos profissionais de segurança pública. As técnicas podem ser usadas tanto em situações de confronto no exercício de suas atividades, quanto em qualquer outra que represente o salvamento de vidas”, avalia o policial penal.

Integração

Participam também do curso de multiplicadores 25 policiais federais e rodoviários federais; policiais militares de Minas Gerais e Goiás; policiais civis de Minas, Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba; e ainda servidores da Receita Federal.